



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Lauro Müller
Vara Única

Autos nº 087.10.001209-0

Ação: Recuperação Judicial/Lei Especial
Requerente: Carbonífera Catarinense Ltda.

DECISÃO

A Carbonífera Catarinense Ltda, devidamente qualificada, requereu o processamento da sua recuperação judicial, objetivando, em síntese, viabilizar a superação da crise econômica-financeira enfrentada, requerendo, inclusive, a concessão de medida para que fosse impedido o corte do fornecimento de energia elétrica.

O provimento de urgência requerido foi deferido às fls. 48/51.

À fl. 66 foi determinada a emenda da inicial, o que restou cumprido às fls. 70/71 e 578/599.

Após, vieram os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

De acordo com o art. 47 da Lei 11.101/05, o instituto da recuperação judicial tem por objetivo *"viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica"*.

Em outros termos, visa-se com a recuperação judicial proporcionar à empresa em situação de crise meios de restabelecer a viabilidade econômica da sua atividade.

Para o alcance da pretensão, no entanto, necessária a estrita observância das formalidades legais exigidas na Lei nº 11.101/05 para o processo de recuperação judicial.

Aliás, o *"processo de recuperação judicial divide-se em três fases bem distintas"* (COELHO, Fábio Ulho. Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas: lei n. 11.101 de 9-2-2005. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 144), quais sejam: fase postulatória, fase deliberativa e fase executiva.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Lauro Müller
Vara Única

24
5

A primeira fase, por sua vez, encerra-se "(...) com dois atos judiciais: a petição inicial e o despacho que manda processar a recuperação" (op.cit., p. 151).

No caso dos autos, infere-se que a petição inicial apresentada, aliada à emenda promovida, preenche os requisitos legais insculpidos no art. 51 da LRF, uma vez que toda a documentação exigida foi apresentada. A propósito, estabelece o dispositivo em questão:

Art. 51. A petição inicial de recuperação judicial será instruída com:

I – a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;

II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração de resultados acumulados;
- c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
- d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;

III – a relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos e a indicação dos registros contábeis de cada transação pendente;

IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;

V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;

VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;

VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;

VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;

IX – a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Lauro Müller
Vara Única

15
6

demandados.

§ 1º Os documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, na forma e no suporte previstos em lei, permanecerão à disposição do juízo, do administrador judicial e, mediante autorização judicial, de qualquer interessado.

§ 2º Com relação à exigência prevista no inciso II do caput deste artigo, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão apresentar livros e escrituração contábil simplificados nos termos da legislação específica.

§ 3º O juiz poderá determinar o depósito em cartório dos documentos a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo ou de cópia destes.

De outra ponta, com relação à legitimidade para propor a recuperação, estabelece o art. 48 da mesma lei:

Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

III – não ter, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Parágrafo único. A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.

Consoante se infere dos autos, a parte requerente jamais foi falida, sequer requereu recuperação judicial e tampouco sofreu condenação por crime falimentar, assim como seus sócios e administradora, conforme se verifica dos documentos de fls. 26/27, 312/313, 316/319, 323/325, 336/341 e 343/348.

Logo, constata-se que os requisitos do art. 48 da Lei n.º 11.101/2005 estão, igualmente, cumpridos.

Ante o exposto, porque atendidos os requisitos legais exigidos, **DEFIRO O**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Lauro Müller
Vara Única

PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL almejada pela empresa **CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA**, nos termos do art. 52, "caput", da Lei n.º 11.101/2005 e, para tanto:

a) Nomeio, como administrador judicial, a empresa **GLADIUS CONSULTORIA FINANCEIRA S/S LTDA**, na pessoa de seu administrador (**AGENOR DAUFENBACH JÚNIOR**) - sito à Rua Coronel Pedro Benedit, n.º 46, sala 121, Centro, município de Criciúma, CEP: 88201-250, fone: (48) 3433-8932 (art. 52, I, da Lei n.º 11.101/2005).

Arbitro, desde já, a remuneração inicial e mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que deverá ser paga, pela empresa requerente, diretamente ao administrador judicial até o 10º dia de cada mês, devendo, contudo, aquela comprovar o pagamento nestes autos. Em momento oportuno será apreciada a remuneração final e de direito do administrador judicial, com lastro no art. 24, § 1.º, da Lei n.º 11.101/2005;

b) Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que a empresa requerente exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observando o disposto no art. 69 desta Lei (art. 52, II, da Lei n.º 11.101/2005);

c) Ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa requerente, na forma do art. 6º da LRF, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei (art. 52, III, da Lei n.º 11.101/2005).

Caberá à empresa requerente comunicar o teor desta decisão interlocutória diretamente aos juízos competentes (art. 52, § 3.º, da Lei n.º 11.101/2005);

d) Determino à empresa requerente que apresente suas contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, por meio de balancetes mensais, sob pena de destituição de seu(s) administrador(es) (art. 52, IV, da Lei n.º 11.101/2005);

e) Comunique-se, por carta, às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, para que tomem conhecimento desta decisão, e intime-se, pessoalmente, o representante do Ministério Público (art. 52, V, da Lei



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Lauro Müller
Vara Única

n.º 11.101/2005).

f) Determino a publicação de edital, com lastro no art. 52, § 1.º, da Lei n.º 11.101/2005.

g) Determino a suspensão do curso do prazo de prescrição das ações e execuções contra a empresa requerente pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, conforme preceitua o art. 6.º, § 4.º, da Lei n.º 11.101/2005;

h) Ordeno à Junta Comercial que proceda à anotação da recuperação judicial no registro do devedor, para que conste a expressão "em Recuperação Judicial" (art. 69, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005);

i) Determino que a empresa requerente apresente, em até 60 (sessenta) dias da publicação desta decisão, o plano de recuperação, sob pena de convolação em falência (art. 53, "caput", da Lei n. 11.101/2005).

No tocante ao pedido requerido no item "a.1" da inicial, friso que o mesmo já foi analisado na letra "c" desta decisão.

De outra ponta, **indefiro** o pleito do item "a.2", que visa a suspensão dos efeitos dos protestos dos títulos emitidos e/ou sacados contra a requerente, bem como a determinação de não divulgação dos débitos sujeitos ao plano de recuperação através dos cartórios e órgãos de proteção de crédito.

Isso porque, a diligência viria em desnecessário prejuízo dos credores e de terceiros que ainda não tomaram conhecimento da presente proposta de recuperação, devendo os seus interesses serem preservados.

Já se decidiu:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRETENSÃO DE SUSPENSÃO PROVISÓRIA DOS PROTESTOS RELATIVOS A DÉBITOS CONSTITUÍDOS ANTES DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NA LEI Nº 11.101/2005. PRETENSÃO CONTRÁRIA, INCLUSIVE, AO DISPOSTO NA LEI REGULADORA DOS PROTESTOS. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (TJRS - 6ª Câmara Cível. AG nº 70016812240).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Comarca de Lauro Müller
Vara Única

28
10

Ademais, a meu sentir, a providência pertinente pode ser tomada junto ao titular do ofício de protesto, mediante requerimento do próprio recuperando, no sentido de fazer averbar e informar ao interessado que, embora conste a existência do protesto, a empresa encontra-se sob o regime legal de "recuperação judicial".

Por fim, **indefiro** o requerimento constante no item "a.3" da inicial, tendo em vista que a providência visada pode ser promovida pela própria requerente junto às instituições financeiras, a teor do que dispõem os arts. 35 e 36 da Lei 7.357/85, conforme for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Lauro Muller (SC), 02 de setembro de 2010.

Letícia Pavei Cachoeira
Juíza de Direito